

UMA LEITURA HALLIDAYIANA DAS SENTENÇAS CLIVADAS DO PORTUGUÊS

Sanderléia Roberta LONGHIN¹
Rodolfo ILARI²

- RESUMO: Neste trabalho, discutimos os critérios que, segundo Halliday (1966-1967), explicam as estruturas “identificadoras” e “predicativas” que, juntas, dão conta do universo das *cleft sentences* do inglês. Mostramos que esses critérios parecem válidos para as cinco formas de sentenças clivadas do português e, além disso, permitem levantar hipóteses para a compreensão dos processos que as originaram.
- PALAVRAS-CHAVE: Teoria lingüística; funcionalismo; focalização; clivagem.

Introdução

O texto que segue procura uma definição de clivagem e pseudoclivagem num artigo clássico de M. A. K. Halliday, o longo e minucioso “Notes on Transitivity and Theme”, publicado em 1966-1967 em três partes, em edições sucessivas do *Journal of Linguistics*. Passados mais de trinta anos desde sua publicação, acreditamos que a abordagem das estruturas gramaticais que Halliday chama “identificação” e “predicação” ainda levanta hipóteses pertinentes para a compreensão das sentenças clivadas. Aplicadas ao português, e consideradas à luz das concepções

1 Doutoranda em Lingüística – Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP – Campinas – SP – Brasil.

2 Professor do Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem – Unicamp – Campinas – SP – Brasil.

mais recentes sobre gramaticalização, essas hipóteses traduzem-se naturalmente em hipóteses históricas sobre os processos de reinterpretação e recategorização que originaram essas construções, como procuraremos mostrar. Acreditamos também que o artigo em questão pode ser lido mais facilmente hoje, pelos estudiosos brasileiros, do que ele o foi na década de 1960, graças à progressiva assimilação das concepções funcionalistas. Para quem procura exemplos significativos de análise funcionalista, aquele artigo constitui, com efeito, uma referência obrigatória. Começemos por explicar por quê.

Contrariando as orientações dominantes na época (em particular as do estruturalismo europeu), Halliday (1966-1967) concebe as funções da língua como a satisfação de necessidades ligadas à práxis dos falantes, e afirma existir uma relação fundamental entre as estruturas e as funções da linguagem, no sentido de que as diferentes partes da estrutura (disponíveis aos falantes como um *sistema*, isto é, como um conjunto articulado de opções) correspondem de maneira regulada (embora não necessariamente biunívoca) às múltiplas funções em que a língua natural é instrumento. Segundo o autor, as várias funções da linguagem podem ser reunidas em três “macrofunções” que a gramática articula com três sistemas. Dessa maneira, à macrofunção *ideacional*, que diz respeito à formulação lingüística da experiência extralingüística, Halliday associa o subsistema da *transitividade*, no qual são especificados os papéis dos constituintes sentenciais como *agente*, *alvo*, *beneficiário*; à macrofunção *interpessoal* Halliday associa o subsistema do *modo*, que diz respeito à representação lingüística da maneira como os falantes participam das situações de fala; e, por fim, à função *textual*, que trata do *status* das informações veiculadas pela fala como componentes de uma mensagem, Halliday associa o que ele denomina *tema* – o conjunto de opções que dizem respeito à estrutura informativa da sentença. Um ponto notável do artigo de 1966-1967 é o grau de detalhe alcançado pela descrição do componente textual. Nessa descrição, Halliday distingue nada menos que seis conjuntos de opções, denominadas informação, tematização, identificação, predicação, substituição e referência.

Nossa discussão neste artigo limita-se às construções que Halliday denomina “identificação” e “predicação”. Tentaremos, num primeiro momento, isolar e expor os critérios que permitem reconhecer essas duas construções que, juntas, dão conta do universo das *cleft sentences* do inglês. A seguir, discutiremos a possível aplicação ao português desses mesmos critérios. Numa terceira parte, serão expostas algumas considerações a respeito da correlação forma-função em sentenças clivadas do

português. Para terminar, formularemos sucintamente algumas questões que a concepção de clivagem exposta por Halliday levanta para a investigação histórica do português, na perspectiva da gramaticalização.

As orações clivadas na descrição de Halliday

Esporadicamente usados em Halliday (1966-1967), os termos *cleft sentences* e *pseudo-cleft sentences* são até certo ponto estranhos ao espírito do próprio texto. Halliday fala, como já se disse, em “identificação” e “predicação”, como duas opções disponíveis para o falante, e que permitem converter sentenças como (1), respectivamente, em (2) ou (3):

- (1) John broke the window
- (2) The one who broke the window was John
- (3) It was John who broke the window.

Essas opções são assunto de duas seções sucessivas do artigo de Halliday, o que parece indicar que ele quis tratá-los como tópicos diferentes. Na realidade, no texto de Halliday, a discussão mais longa é a da identificação, e a predicação é apresentada por comparação a esse procedimento. Adotaremos aqui a mesma estratégia, que terá a vantagem de simplificar e encurtar nossa exposição.

A opção temática da identificação

a) A identificação cria construções equacionais

O primeiro passo para caracterizar a opção gramatical da identificação consiste em lembrar que ela constrói sentenças *equacionais*. Para entender o que isso significa, é preciso ter presente a primeira parte do artigo (sobre a função ideacional e o sistema gramatical da transitividade), recuperando uma classificação das orações a qual se fundamenta em dois critérios: o tipo de processo expresso e os tipos de papéis desempenhados pelos participantes. Essa classificação separa, antes de mais nada, as orações de *ação* das orações de *atribuição*. As primeiras, chamadas de “extensivas”, selecionam verbos da classe-1 ou da classe-2 (um ou dois participantes), enquanto as últimas, chamadas de “intensivas”, selecionam verbos da classe-zero (complemento intensivo). As extensivas, por sua vez, são classificadas em “efetivas” e “descritivas”,

conforme o verbo seja, respectivamente, da classe 2 ou 1. As efetivas se subcategorizam em “operativas” e “receptivas”, ou seja, ativas e passivas. O esquema abaixo resume essa classificação:

<i>Extensivo</i>	(oração de ação, verbo da classe não-zero)
<i>Efetivo</i>	(seleciona verbo da classe-2)
<i>Operativo</i>	(= ativo)
<i>Receptivo</i>	(= passivo)
<i>Descritivo</i>	(seleciona verbo da classe-1)
<i>Intensivo</i>	(oração de atribuição, verbo da classe-zero, pede complemento intensivo)

Para Halliday, todas as sentenças equacionais (e, portanto, todas as identificadoras) são orações extensivas, em que o verbo *to be* tem que ser atribuído à classe-2. Essa observação é essencial para a definição das orações equacionais, porque o verbo *be* do inglês ocorre também nas classes 0 e 1. Na prática, trata-se de não confundir as orações equacionais com orações atributivas, como, *John is very rich* e *John is a teacher*. As sentenças atributivas respondem a perguntas sobre as qualidades de um indivíduo; o atributo é um complemento obrigatório e só pode ser realizado por meio de adjetivos, nunca por pronomes ou nomes próprios. Nas atributivas, os dois papéis participantes, o de atributo e o de receptor da atribuição, não são passíveis de reversão. Ao verbo *be*, que se enquadra então na classe-zero, convém as paráfrases *pode ser caracterizado como*, *tem o atributo de ser*. Distintas das orações atributivas, as equacionais, bem exemplificadas por *John is the tall one* ou *The tall one is John*, em resposta a *Which is John?*, verbalizam uma identificação; constroem-se com o verbo *be* da classe-2, para o qual valem as paráfrases *identifica* ou *é identificado como*, *pode ser igualado com*. Seu segundo termo pode ser um pronome ou nome próprio, mas nunca um adjetivo. Ao enquadrar as orações equacionais entre as extensivas efetivas, Halliday as equipara às orações que se constroem com verbo transitivo: uma propriedade comum a ambos os tipos é a reversibilidade, que acaba sendo representada como uma espécie de quarta proporcional (*John saw the boat + the boat was seen by John = John is the tall one + The tall one is John*).

b) A identificação cria uma nominalização

Ao enquadrar as sentenças construídas por identificação na classe maior das equacionais, Halliday delimita para essas sentenças aquilo que, em termos de categorização clássica, seria o “gênero próximo”: as-

sim como todos os pardais são pássaros, mas nem todos os pássaros são pardais, todas as sentenças construídas por identificação são equacionais, mas a recíproca não é verdadeira. Se quisermos encontrar a “diferença específica” desse tipo de sentenças (o que faz de um pardal um pardal, dentre os demais passarinhos), teremos que considerar um conjunto de condições discutidas a seguir, que se relacionam de um modo ou de outro ao fato de que toda oração identificadora tem como contraparte uma oração “mais simples”, que não precisa ser equacional, e geralmente não o é.

A primeira dessas condições, segundo Halliday, é que toda sentença identificadora contém obrigatoriamente uma nominalização; por exemplo, em *What John saw was the play*, *What John saw* é a nominalização.³ Procurando no texto por critérios gramaticais estritos, é difícil estabelecer o que Halliday entende por “nominalização”: num primeiro momento, ele sugere que a nominalização tem necessariamente por núcleo um elemento-*wh*; em outro, ele afirma que a nominalização é uma construção cujo núcleo é um substantivo de significação genérica.

Fica mais fácil compreender por que Halliday recorreu à noção de nominalização quando se raciocina em termos funcionais, e se lembra de que a opção temática da identificação reparte o material sintático das orações a que se aplica em duas expressões nominais que funcionam como termos integrantes do verbo *be*; a nominalização se reconhece então como o segmento em que ficou incluído o verbo da oração original. Assim, a sentença que acaba de ser citada tem por contraparte não identificadora *John saw the play*, e sua nominalização *What John saw* se reconhece por conter o verbo *saw* (essa maneira de entender a nominalização acomoda naturalmente os sintagmas nominais que têm por núcleo um substantivo de sentido pleno, por exemplo, *o guarda* em *O guarda que me interpelou foi o tenente*, conforme Ilari [1975]).

c) Exclusividade e identificação

As razões para Halliday utilizar o termo “identificadoras” em lugar do aparentemente menos problemático “clivadas” ficam evidentes quan-

3 As sentenças identificadoras contêm somente uma nominalização. Se houver mais de uma, a sentença apresentará problemas de interpretação, como é o caso de *What I want is what John wants*, que é ambígua e pode resultar por dois processos distintos de identificação: *I want what John wants* e *John wants what I want*.

do se pensa no que se ganha ao reformular *John saw the play* ou *John painted the shed*, transformando-as em *What John saw was the play* ou *The one who painted the shed was John*. Esse ganho consiste, essencialmente, em explicitar que a estrutura equacional inerente ao verbo *be* da classe-2, que coloca corriqueiramente em correspondência um identificando e um identificador, foi utilizada para identificar um determinado participante por sua participação no processo.

Isso equivale a dizer que a oração identificadora acrescenta às informações prestadas por sua contraparte um elemento de *exclusividade*: em *What John saw was the play, the play* (e nada mais) é a opção selecionada por *John saw*. O fato de selecionar um elemento em detrimento de outros potencialmente admissíveis dispara uma leitura de contraste (*the play and nothing else*), típica das identificadoras.

d) A nominalização como identificando

Toda oração identificadora pode, pois, ser segmentada em duas porções, que desempenham funções bem definidas: a de *identificando* (ou coisa a ser identificada) e a de *identificador* (ou aquilo com o qual o primeiro é identificado). O teste a que Halliday naturalmente recorre para distinguir as duas funções é o das perguntas que lançam mão de um constituinte interrogativo: o elemento-*wh* é, por sua própria natureza, o identificador. Na resposta, o identificador é sempre o elemento que preenche o elemento-*wh*, não importando a ordem. Eis o exemplo de Halliday:

(4) Who is the leader? / The leader is John ou John is the leader.

Nas orações equacionais comuns, qualquer um dos dois termos que acompanham o verbo *be* desempenha indiferentemente os papéis de identificando e identificador. Assim, em *John is the leader*, tanto *John* como *the leader* podem ser o identificando (ou o identificador) conforme a pergunta seja *Which is John?* ou *Which is the leader?*. No entanto, Halliday estabelece que a opção temática da identificação só cria orações em que o identificando coincide com a nominalização – o que resulta em marcar uma distinção entre as sentenças de (5) e a de (6), negando o *status* de identificadora a esta última. A razão por que Halliday não reconhece (6) como identificadora é que sua contraparte *John painted the shed* não serve como resposta para *Which is John?*.

- (5) The one who painted the shed last week was John.
What John painted last week was the shed.
When John painted the shed was last week.
What John did to the shed last week was (to) paint it.
- (6) Which is John? / John is the one who painted the shed.

e) Valor/Variável

O último critério da definição hallidayiana de oração identificadora lança mão de mais uma bipartição da sentença, diferente das que foram expostas até aqui, que se exprime em termos de *variável* e *valor*, e que ficaria justificada pela possibilidade de aplicar às orações equacionais uma opção (que Halliday chama de *coding* com as alternativas *encoding* e *decoding*), que seria paralela à opção operativo/receptivo, das orações de ação, esta última, baseada na ordem em que são realizados os papéis de agente e alvo.⁴

Ao falar da opção *coding*, Halliday quis, provavelmente, mostrar que, embora seja sempre possível reverter a ordem dos dois termos que acompanham o verbo, o papel desses termos no componente de transitividade não é necessariamente o mesmo. Não é difícil endossar essa tese se pensarmos que há ocorrências do verbo *ser* cuja melhor paráfrase lança mão de sinônimos como “consistir”, e outras cuja melhor paráfrase lança mão de verbos como “constituir”, e que a essas duas paráfrases se relacionam formas de concordância verbal bastante sutis. Como Ilari (1975) mostrou, o verbo *ser* é mais bem substituído por “constituir” em (7), enquanto em (8), é mais bem substituído por “consistir em”.

(7) O sindicalismo e a permanência do peronismo são as diretrizes básicas desse governo.

(8) As diretrizes básicas desse governo são o sindicalismo e a permanência do peronismo.

Seja como for, Halliday visualiza uma correspondência do seguinte tipo:

4 Uma descrição detalhada da opção *coding*, aplicada a sentenças equacionais (não-clivadas) do português, pode ser encontrada em Ilari (1975, 1983).

		Opção não-marcada	Opção marcada
Tipo de sentença	Ação	"operativo" [Ordem agente / alvo]	"receptivo" [Ordem alvo / agente]
	Igualdade	"encoding" [Ordem valor / variável]	"decoding" [Ordem variável / valor]

e estabelece que a sentença *John is the leader* como equacional *decoding* é interpretada como "John realiza / tem a função de chefe", ao passo que como equacional *encoding*, ela é interpretada como "John é realizado por, tem a forma de". Na opção *encoding*, o identificando coincide com o valor, e o identificador, com a variável. Na opção *decoding*, acontece o inverso. Halliday mostra que no *decoding*, que tem a seqüência identificador/identificando, o receptivo é problemático, enquanto no tipo *encoding*, em que a seqüência é identificando/identificador, tanto o operativo como o receptivo são regulares. Assim, ele sugere que a forma *decoding* não deve ser reconhecida como um caso de identificação, com base no critério já antes utilizado de que todas as identificadoras devem ter uma contraparte não-identificadora. Portanto, a identificação é uma maneira de representar qualquer oração como uma equacional *encoding*, com a nominalização desempenhando simultaneamente as funções de valor e identificando.

A descrição hallidayana da opção temática da identificação não se esgota nos pontos que levantamos até aqui, pois Halliday analisa em profundidade a maneira como os segmentos criados pela opção temática da identificação se relacionam com outras segmentações que o falante aplica obrigatoriamente à mesma sentença, a começar pelas que pertencem ao próprio componente textual – a divisão da oração em tema e rema, e a segmentação das falas em unidades informativas organizadas em torno de um foco, e caracterizadas pela presença de contornos entoacionais determinados.

Quanto a tema e rema, Halliday observa que nas identificadoras comuns a seqüência é livre, e o primeiro constituinte da sentença, seu tema,⁵ coincide ora com o identificando, ora com o identificador. Nas identificadoras clivadas, a opção não-marcada é a que o identificando é o tema e o identificador, o rema.

5 Segundo Halliday, a opção temática que consiste em organizar a sentença em tema e rema é realizada pela ordem dos constituintes. O tema é o primeiro termo da sentença e sempre precede o rema.

Em termos de estrutura informativa,⁶ uma sentença identificadora pode ser estruturada em duas unidades informativas e tanto o identificador como o identificado podem conter informação focal, como em (9). Outra alternativa é a identificadora ser constituída por apenas uma unidade informativa e apresentar somente um elemento focal. Nesse caso, como é usual em orações equacionais, o foco informativo incide no identificador, como em (10). Assim, nas sentenças identificadoras do inglês, a congruência entre o identificador e o elemento informacionalmente novo é a opção não-marcada.

(9) //the one who painted the shed last week // was John //

(10) //the one who painted the shed last week was John //

Para quem busca uma definição de sentença pseudoclivada em Halliday (1966-1967), é, contudo, importante perceber que esse estudo dos mapeamentos, embora esclareça inúmeros aspectos das orações identificadoras, do seu contexto de uso, e talvez dos motivos que levam os locutores a escolher entre os tipos de clivadas disponíveis, não acrescenta nada à definição propriamente dita das orações identificadoras. Em outras palavras, a análise dos mapeamentos e sua classificação em marcados e não-marcados começa quando a definição hallidayiana de oração identificadora já está completa. Se, como parece legítimo com base nos exemplos tratados, quisermos ver nessa definição uma boa definição das pseudoclivadas, podemos fiar-nos nos critérios anteriormente descritos, que se resumem (a essa altura, esperamos que de maneira compreensível) nos cinco pontos seguintes:

- (11) A pseudoclivagem (na terminologia de Halliday, "identificação")
- i. lança mão do molde proporcionado pelo verbo *be* da classe-2 para reorganizar os constituintes de sua contraparte (que é geralmente uma sentença não-identificadora), em dois segmentos que passam a exercer as funções de identificado e identificador;
 - ii. cria construções equacionais, dotadas da propriedade sintática da "reversão";

6 A "informação" é mais um conjunto de opções do componente textual. Essas opções referem-se à segmentação da fala em "unidades informativas", pelas quais o falante administra o tanto de informação que comunica passo a passo a seu interlocutor. A unidade informativa tem características entoacionais definidas, e sua delimitação, que depende do falante, é variável. Pode corresponder a uma oração, mas também pode ser maior ou menor que a oração. Na unidade informativa, distingue-se uma parte, que expressa informações novas, obrigatória; e uma parte opcional, que expressa informações dadas. O padrão mais usual é aquele em que o dado precede o novo.

- iii. constrói o identificando como uma “nominalização”, isto é, uma construção em que o verbo da sentença-contraparte foi subordinado a um núcleo de natureza nominal;
- iv. dispara-se a interpretação implícita de que, para identificar um determinado participante, basta sua participação em determinado processo;
- v. atribui aos dois termos que acompanham o verbo *be* da classe-2 os papéis distintos de variável e valor (definidos no sistema da transitividade), e faz que o identificando coincida com o valor.

Para eliminar possíveis dúvidas, confira-se a aplicação desses critérios aos seguintes exemplos do próprio Halliday: só (12) é identificadora; (13) é uma intensiva com verbo *be* da classe-zero; (14) tem nominalização, mas não é equacional.

(12) // the one who did it was John //

(13) // Mary's husband is a teacher //

(14) // What John saw surprised him //

A opção temática da predicação

Consideremos agora a opção temática da predicação. Segundo Halliday, ela produz sentenças como:

(15) // It was John who broke the window //

para as quais vale a maioria das condições previamente definidas para as identificadoras. Assim, Halliday, da mesma forma que o havia feito para as sentenças identificadoras, atribui às “sentenças com tema predicado” uma estrutura equacional, baseada no verbo *be* da classe-2, e considera igualmente essencial a existência de uma contraparte não (necessariamente) equacional: *John broke the window*. O constituinte *John* funciona como identificador e o *it...who broke the window*, como identificando. Também as sentenças obtidas por predicação desencadeiam uma interpretação de exclusividade, mas essa exclusividade incide sobre o primeiro constituinte da oração, o tema: desse modo, estruturalmente, as predicativas mapeiam a função de identificador sobre a de tema, dando a este uma proeminência explícita em termos de exclusividade. Para o exemplo (15), *John* e nenhum outro está sob consideração.

Segundo Halliday, identificadoras e predicativas têm significados muito próximos. A diferença seria o tipo de proeminência que elas ex-

pressam: *cognitivo* na identificação (“*John* e nenhum outro quebrou a vidraça”), e *temático* na predicação (“*John* e nenhum outro é o tópico da sentença”). A proeminência temática é uma forma de informação nova e, portanto, o elemento “predicado” carrega o foco informativo na opção não-marcada. Tipicamente, nas orações com “tema predicado”, o foco não cai nos demonstrativos anafóricos, conforme mostra o exemplo em (16).

(16) // It's that that I can't understand //

Halliday compara as propriedades estruturais das duas construções e observa que, embora as identificadoras e predicativas pareçam idênticas, há elementos que funcionam como identificadores em predicativas, mas não em identificadoras, como é o caso da expressão grifada em (17) abaixo:

(17) // it was in spite of the cold that he went swimming //

Além disso, observa que o verbo *be* e o verbo interno à nominalização realizam de maneira independente as opções de polaridade afirmativo-negativa e as de modo, mas não as de tempo.

Halliday termina sua exposição chamando a atenção para casos de sentenças predicativas, em que não há um tema explícito, como é o caso dos dois exemplos de (18):

(18) // It isn't that I don't want to // // It must be that he is out of the town //

Se, como parece correto, podemos tomar essa análise como uma caracterização adequada das orações clivadas do inglês, estas precisarão obedecer à seguinte condição:

(19) A clivagem é uma operação sintática por meio da qual se enfatiza o tema da sentença. Ela se aplica a sentenças não (necessariamente) equacionais e resulta em estruturas equacionais, que, portanto, podem ser segmentadas em identificando e identificador.

As sentenças clivadas do português

Em termos muito gerais, a formação de sentenças clivadas e pseudoclivadas constitui uma das estratégias pelas quais os falantes das línguas que dispõem desse recurso põem em foco, de forma não-ambígua, a informação que avaliam como mais significativa em suas mensagens.

O português dispõe de diferentes formas de clivagem, que se distinguem por sensíveis diferenças funcionais. As orações que elas produzem são denominadas, nos textos que hoje constituem referência sobre o assunto (em particular, Braga, 1991), da seguinte maneira: *clivadas propriamente ditas, construção É QUE, construção QUE, Pseudoclivada e SER foco*. Para exemplos de cada tipo, vejamos (20) a (24).⁷

Clivada propriamente dita (CLIV, daqui para frente)

(20) As grandes enxurradas no cristalino, na região da caatinga, provocam uma corrida de água muito rápida, há pouca retenção no solo, a agricultura de ciclo anual não vive, e é **essa agricultura** que alimenta o homem. (CP)

Construção É QUE (É QUE, daqui para frente)

(21) A física também tinha estagnado depois de um grande avanço, depois da física nuclear, e não estava produzindo coisa nova. O novo vinha da genética. De fato, **a genética** é que produziu uma série de transformações. (CP)

Construção QUE (QUE, daqui para frente)

(22) Já o político normalmente não gosta de ficar contra – ele gosta de ir na maré, porque ficar contra é ficar sozinho, é se isolar. [...] O intelectual, na política, rompe mais facilmente, **por isso** que os outros desconfiam mais dele. (CP)

Pseudoclivada (PC, daqui para frente)

(23) Então, cada sociedade humana, mesmo atrasada, como Portugal ou a Grécia, existe para preencher as condições de vida da sua população. Português come muito, grego pobre come muito, italiano come muito; quem morre de fome é **brasileiro**. (CP)

SER Foco (SER, daqui para frente)

(24) Nos meios empresariais, atualmente, existe também [...] grande coincidência com esse ponto de vista. E tenho encontrado ainda coincidência no sindicalismo moderno. Agora, *eu encontro* é **uma certa ataraxia por parte da classe política no sindicalismo moderno**. (CP).

7 A maioria dos exemplos do português aqui mencionados provém de duas amostras estudadas em Longhin (1999). Trata-se de uma amostra de fala relativamente atual, extraída do acervo *Certas palavras*, e de um *corpus* diacrônico do português, que inclui textos do século XIII ao XX. Ambos os *corpora* estão hoje depositados no CEDAE – Centro de Documentação Cultural “Professor Alexandre Eulálio”, do Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp. A convenção adotada para os exemplos é a seguinte: em itálico está toda a sentença clivada; sublinhada está somente a marca formal de clivagem (por exemplo, *é... que, é que, o que... é... etc.*); e, em negrito, está o elemento focal.

Os cinco tipos de clivadas do português em face do esquema de Halliday

As sentenças discutidas por Halliday como exemplos de identificação e predicação são similares respectivamente às PCs e CLIVs do português. Mas a clivagem apresenta, em português, como se viu, um quadro bem mais diversificado.

Para aplicar o modelo de Halliday nos vários tipos de clivadas do português, é preciso, inicialmente, estender a todas as formas de clivagem do português o entendimento de que a clivagem é antes de mais nada identificação, e que toda clivada se reparte em dois termos, caracterizados funcionalmente como identificador e identificado. Não há maiores problemas em tomar essa decisão, pois em qualquer tipo de clivada, inclusive a construção QUE, caracterizada pela ausência do verbo *ser*, a sentença é construída em torno da relação assimétrica "x é igual a y" ou "x é identificado como y".

Qual o interesse de olhar para os processos de clivagem do português pela grade que Halliday construiu para o inglês, língua em que as opções são reconhecidamente menos numerosas? Não se trata, é claro, de transferir os resultados propriamente ditos da descrição, mas **sim** de dispor para as clivadas do português de uma heurística (ou, mais banalmente, de uma lista de questões) cuja riqueza é impressionante.

Algumas peculiaridades da clivagem em português, percebidas por contraste

Ao aplicar essa heurística, descobre-se que as clivadas do português sofrem restrições menos rígidas que suas correspondentes inglesas, como mostram as seguintes possibilidades que, em inglês (segundo Halliday), seriam terminantemente excluídas:

(a) Os identificadores das sentenças clivadas e pseudoclivadas do português não se restringem a nomes ou pronomes: sintagmas preposicionais, advérbios e orações também podem funcionar como identificadores:

- (25) A convivência que tenho com meus irmãos de ofício poético é, no fundo, uma forma de defesa contra tal degradação de valores. **Por isso é que minha poesia é satírica, crítica.** (CP)
- (26) O próprio Murilo Mendes no início também tinha valores legitimados. **Só posteriormente é que ele vai apoiar valores de vanguarda.** (CP)
- (27) O que eu tento é **fazer uma antropologia da civilização.** (CP)

(b) Embora se trate de casos pouco frequentes sujeitos a restrições, o português admite sentenças em que o identificador é um adjetivo. Veja-se, por exemplo, (28), que será discutido mais extensamente adiante, por admitir, além de uma interpretação como pseudoclivada, uma interpretação como intensiva.

(28) Eu tenho dito, em comícios, que político não é ladrão e que se tem político ladrão, ele foi eleito, quem vota em ladrão é **cúmplice**. A população que vota nele também é culpada. (CP)

(c) Quanto às características informativas dos dois segmentos que formam uma clivada, nas sentenças identificadoras e predicativas do inglês, a informação nova está associada à função de identificador. Já as clivadas do português têm comportamento particular com respeito à codificação de informação do elemento identificador. Conforme ficou demonstrado em Longhin (1999), as cinco formas de clivagem focalizam tanto elementos novos como dados, mas há uma forte tendência para as CLIVs, Ê QUEs e QUEs focalizarem de preferência constituintes que veiculam informação dada, enquanto as PCs SER focalizam de preferência constituintes que veiculam informação nova. É preciso ressaltar que Halliday (1966-1967) e Longhin (1999) trabalham com noções parcialmente diferentes de dado/novo. O primeiro distingue dado e novo com base em critérios estritamente fonológicos; Longhin se baseia em critérios contextuais e classifica os elementos em evocados, inferíveis e novos. Para ela, os evocados são elementos claramente recuperáveis no contexto (lingüístico ou extralingüístico); os novos são elementos não-recuperáveis ou que se encontram em situações textuais/contextuais não-óbvias; e os inferíveis são elementos que se deduzem de outros por meio de diversos tipos de associação.

(d) Com relação às possibilidades estruturais das supostas predicativas do português – CLIVs, Ê QUEs e QUEs –, todas as três têm em comum o fato de colocar o “tema-predicado” em posição inicial na sentença, o que parece confirmar a hipótese de Halliday a respeito da relação entre predicação e tema. No entanto, em português, a posição inicial é às vezes ocupada por constituintes que não podem ser predicados ou sofrem algum tipo de restrição, como é o caso das conjunções, adjuntos, verbos, predicativos do sujeito.

(29) Talvez ele volte // * É talvez que ele volte / * Talvez é que ele volte /
* Talvez que ele volte

(30) Chegou a carta // * É chegou que a carta / * Chegou é que a carta /
* Chegou que a carta.

(31) Bonito ele é? // É bonito que ele é? / Bonito é que ele é? / Bonito que
ele é.

(e) De todo modo, há necessidade de estabelecer distinções entre CLIV, É QUE e QUE, e uma dessas distinções diz respeito à clivagem de interrogativas não-polares. Somente com É QUE e QUE a clivagem é admissível.

(32) Quando ele vai? // Quando é que ele vai? / Quando que ele vai? / * É
quando que ele vai?

(f) Quanto às possibilidades de negação, as CLIVs, SER e PCs admitem três padrões de negação: i) negação da cópula (e conseqüentemente do constituinte focal), ii) negação do verbo de sentido pleno e iii) negação de ambos os verbos. No entanto, alguns padrões de negação são mais usuais; por exemplo, nas CLIVs e SER o padrão básico é a negação da cópula, já nas PCs os dois primeiros são igualmente muito usuais. É QUE e QUE parecem só admitir a negação do verbo de sentido pleno.

(g) A variação tempo/pessoa do verbo *ser* se apresenta de maneira diversa entre as cinco formas de clivagem. SER e É QUE são caracterizadas por maior rigidez. Nelas, o verbo *ser* aparece sempre na terceira pessoa e varia em presente e passado. Já as CLIVs e PCs permitem um leque mais amplo de opções. Nas CLIVs, o tempo do verbo *ser* deve ser o mesmo daquele do verbo de sentido pleno. Não são possíveis exemplos como:

(33) * Foi essa agricultura que alimenta o homem.
* É eu que fiz essas observações.

(h) No português, como em inglês, encontramos orações predicativas cujo constituinte focal não é apresentado explicitamente, como em (34).

(34) O povo não está na cidade porque na cidade tem emprego; é que ele foi expulso da fazenda, que não quer mais ninguém lá. (CP)

A lista das diferenças entre as clivadas do português e do inglês poderia continuar, mas não é esse nosso propósito. O leitor já percebeu que, ao elaborar o contraste, acabamos descobrindo inúmeras características das clivadas do português, a confirmar a afirmação de que a grade de Halliday, embora tenha sido proposta para outra língua, nos proporciona uma heurística articulada, que há interesse em aplicar. O confronto com os dados do português também permitiria expor certas

singularidades do modelo hallidayano para as quais o autor ficou devendo, no texto de 1966-1967, mesmo em relação ao inglês, uma justificativa mais convincente.

Limites e vantagens do modelo

Apesar desses problemas, o maior interesse em explicar a clivagem pelo modelo de Halliday consiste no fato de que as cinco condições que definem aquele fenômeno em inglês traçam um limite claro e intuitivamente válido também para o português, como mostra a discussão de alguns casos que vêm intrigando os principais estudiosos do fenômeno. A seguir, examinam-se dois desses casos, em que a existência de clivagem é questionável, e o recurso ao modelo hallidayano leva a uma resposta intuitivamente válida.

(a) Retomemos em (35) o exemplo (28) e perguntemo-nos, antes de mais nada, se a sentença assinalada é ou não uma sentença clivada.

(35) Eu tenho dito, em comícios, que político não é ladrão e que se tem político ladrão, ele foi eleito, quem vota em ladrão é cúmplice. (CP)

Gostaríamos de sugerir que se trata de um tipo particular de sentença que pode analisar-se quer como identificadora (clivada), quer como intensiva. Podemos classificá-la como intensiva, reconhecendo na forma é o verbo *ser* da classe-zero (com a interpretação “tem o atributo de ser/pode ser interpretado como”) do que resulta a paráfrase “quem vota em ladrão tem a propriedade de ser cúmplice”; também podemos reconhecer nessa sentença características que as intensivas normalmente não têm, a saber, ela é reversível, comporta uma nominalização e tem uma contraparte não-identificadora; uma boa maneira de expressar essa segunda interpretação é “quem vota em ladrão é identificado como cúmplice”. Normalmente, nas orações intensivas se atribuem propriedades a indivíduos, e, nas equacionais, faz-se o reconhecimento de um indivíduo a partir de seu “retrato falado”, isto é, chega-se a indagar um determinado indivíduo pelo fato de participar de determinadas ações, ou de ter certas propriedades. A oração assinalada em (35) é peculiar, e admite as duas leituras porque temos propriedades dos dois lados do verbo *ser*. (Note-se que a ambigüidade da sentença se desfaz se o atributo for substituído por um nome ou pronome: *quem vota em ladrão é o João, quem vota em ladrão sou eu.*)

Aqui é que se mostra a eficácia do método de Halliday, que dá conta da diferença que acabamos de apontar, pela opção *coding*. A expressão *cúmplice* tem caráter ambíguo em virtude de seus usos atributivo e referencial. As interpretações alternativas de (35) remetem às leituras *decoding* e *encoding*. Na leitura *decoding*, a expressão *cúmplice* enumera/atribui propriedades a um indivíduo, com a finalidade de distingui-lo de outros concorrentes possíveis, enquanto, na leitura *encoding*, a expressão *cúmplice* é entendida como suficiente para identificar um indivíduo, como uma alternativa para sua identificação. Viu-se antes que a leitura *decoding* é eliminada por Halliday, para quem toda sentença identificadora tem obrigatoriamente uma leitura *encoding*. Dito de outra forma, se aplicarmos os critérios de Halliday à nossa oração-problema, verificaremos que ela pode ser uma oração clivada (como nossa intuição nos dizia desde o início) porque suporta uma leitura *encoding*.

(b) Analogamente, poderíamos perguntar-nos se são pseudoclivadas as sentenças de (36) a (39), ou, para ganhar tempo, perguntar-nos o que justifica a intuição de que apenas a última o é:

(36) A coisa que me impressionou mais foi o tamanho do pão. (CP)

(37) O único lugar que Tito conseguiu visitar foi Goiânia. (CP)

(38) A primeira pessoa que fui visitar foi o Bill Bradley. (CP)

(39) Quem faz realmente esta poesia sintética e ideográfica são os senhores, não é Mallarmé nem é Pound, são os senhores. (CP)

O problema de (36)-(38) não é, como se poderia imaginar, a presença de palavras com significação genérica no identificando. De fato, nas clivadas do português, são comuns ocorrências em que um nome de sentido genérico antecede a relativa. As razões que impedem de entender (36)-(38) como identificadoras são a inexistência de uma contraparte não identificadora óbvia, e o fato de que a unicidade é alcançada mediante meios lexicais ("o único lugar", "a coisa que me impressionou mais", "a primeira pessoa que fui visitar"). Acontece exatamente o oposto na última, em que é possível recuperar uma contraparte não-identificadora, de maneira relativamente direta,⁸ e a unicidade é expressa apenas pela construção gramatical. Novamente, os critérios de Halliday dão conta de nossa intuição.

8 Todas as sentenças clivadas do português parecem ter uma contraparte não-clivada. Há casos de PCs em que a contraparte só é encontrada mediante modificações, como é o caso de (39) e sua contraparte *Os senhores fazem esta poesia sintética e ideográfica*. É o caso, notadamente, quando o elemento focal tem a função sintática de sujeito.

É preciso, entretanto, reconhecer que as três primeiras sentenças também realizam uma identificação, e é possível que o expediente de conseguir unicidade pela mera inclusão de uma oração qualquer no molde de uma oração equacional, marca registrada da clivagem no português moderno, tenha resultado, no passado, da reformulação de estruturas em que a unicidade era alcançada por meio de restritores como os adjetivos *primeiro* e *único* ou o superlativo relativo. O *corpus* diacrônico analisado em Longhin (1999) comporta uma grande quantidade de exemplos como:

(40) porque as únicas providências que deixei para a minha casa, foram as apertadíssimas ordens. (D)

O melhor que tem he um rio de agoa doce muy grande. (D)

O primeiro a quem mentis, he a vos. (D)

O menos que se sentia era a perda da fazenda. (D)

O mais que alcancei é que as obras necessárias darão o mesmo mal a outros. (D)

A correlação forma-função nas cinco clivadas do português

As diferentes formas de clivagem do português estão correlacionadas a funções sutilmente diferenciadas. Embora tenham em comum a função de pôr um elemento em foco, cada uma se especializa na focalização de um tipo particular de constituinte e essa especificidade favorece o emprego de um tipo de clivada em detrimento de outro. Como vimos, Halliday estabeleceu uma correlação segundo a qual as pseudo-clivadas dão ao identificador uma proeminência "cognitiva", ao passo que as clivadas propriamente ditas dão ao identificador uma proeminência informativa. Intrinsecamente problemática, essa correlação diz pouco sobre as diferenças funcionais das clivadas em português. Mas uma outra distinção estabelecida por Halliday – a observação de que as predicativas dão realce informativo ao tema ao passo que as identificadoras dão realce ao rema, normalmente representado pelos últimos constituintes da oração – ajuda a compreender uma observação sobre diferenças funcionais entre as clivadas que foi feita, por exemplo, em Longhin (1999). Depois de examinar um amplo *corpus* de sentenças, analisando o *status* informacional do elemento focal das clivadas, Longhin chegou a uma possível explicação para o fato de que o foco das

PCs e SER é normalmente colocado em posição final e o foco das CLIVs, É QUEs e QUEs em posição inicial na sentença: é que as primeiras focalizam principalmente elementos que codificam informação nova, enquanto as segundas focalizam elementos que codificam informação evocada ou inferível. Essa situação está em conformidade com o "Princípio funcional de distribuição de informação" de Givón (1990) segundo o qual, na ordem linear, o dado tende a preceder o novo.

Além disso, as propriedades informacionais explicam também as diferentes realizações gramaticais e sintáticas do constituinte focal em correlação com o uso das cinco clivadas. Se o elemento focal tem a função de sujeito, a PC é o tipo preferido quando esse sujeito é novo, ao passo que as CLIVs, É QUEs e QUEs são preferidas se ele é evocado. Neste último caso, a opção por uma das três decorre, ao menos em parte, da classe gramatical. Se o sujeito é um nome, CLIVs e É QUEs são mais freqüentes, mas, se for pronomes, as QUEs são mais usadas. Se o foco tem função de objeto, as SER e PCs são mais usuais, mas se forem evocados, as CLIVs que o são. Se o foco tem função de circunstancial, as CLIVs e É QUEs são as privilegiadas.

Conclusão

Ao longo destas páginas, procuramos em Halliday 1966-1967 uma definição de clivagem aplicável em princípio aos fatos do português. Vimos que a descrição que Halliday desenvolve naquele texto, com a sensibilidade lingüística que lhe é peculiar, não se transfere tal e qual ao português, onde as formas de clivagem são mais numerosas, e onde as restrições de aplicação resultam geralmente menos rígidas. Entretanto, os critérios que ele emprega para fins de definição parecem inteiramente válidos, e têm o mérito de fornecer uma caracterização que abrange indistintamente todos os tipos de clivagem, representando-as como estratégias gramaticais distintas para um mesmo fim: o de chegar à identificação de um indivíduo ou conjunto de indivíduos por seu envolvimento em um determinado processo.

Essa representação do conjunto das clivadas pode parecer um resultado óbvio, depois de devidamente registrada, mas isso é um mérito. A função do lingüista (como a de todos os cientistas) é no mais das vezes a de explicitar algo que já sabíamos intuitivamente; além disso, nesse caso, a obviedade abre linhas de investigação totalmente inesperadas.

Uma dessas linhas consiste em indagar simplesmente o que pode ser identificado com o *quê*, e por que meios gramaticais, em português – um problema sobre o qual convém reconhecer que sabemos muito pouco; outra consiste em tentar acompanhar o desenvolvimento da clivagem, ao longo dos séculos, como um processo de gramaticalização que consolida uma a uma várias receitas gramaticais para realçar e singularizar: construções capazes de indicar igualdade passam a ser vistas como um recurso disponível para a tarefa de realce e singularização à medida que se enrijece sua obediência a certas restrições sintáticas (por exemplo, a existência de nominalização e de contraparte não-clivada). A hipótese de que o cerne de tudo seja a identificação é uma hipótese forte, que nos leva a imaginar que as várias formas de clivagem só se desenvolvem a partir de uma delas (possivelmente PC) quando a idéia de uma construção que tinha como subproduto um efeito de singularização e realce estava suficientemente forte para que se pudesse abrir mão de parte dos elementos que exprimem identificação em condições normais (como em *É QUE* e até certo ponto em *CLIV*).

Por enquanto, essa história é apenas uma vaga conjectura. Mas é sempre uma enorme vantagem ir à história da língua munidos de hipóteses que não contrariem o sentimento sincrônico dos falantes: afinal, a sincronia atual é a etapa final de todas as diacronias possíveis. Esta última investigação, que se insere nas preocupações mais atuais de alguns dos melhores linguistas brasileiros, foi parcialmente realizada em Longhin (1999), e se não dizemos mais aqui a seu respeito é porque isso exigiria uma exposição muito longa.

LONGHIN, S. R., ILARI, R. A Hallidayan reading of the cleft sentences in Portuguese. *Alfa (São Paulo)*, v.44, p.193-213, 2000.

- **ABSTRACT:** *In this paper we discuss the criteria which Halliday (1966-1967) turns to in defining "predication" and "identification", two "thematic" options that describe the overall domain of English cleft sentences. We argue that the same definitional criteria are useful in the description of the five types of cleft sentences found in Brazilian Portuguese, and that they provide a principled explanation of the gramaticalization process through which these types of sentences originated.*
- **KEYWORDS:** *Linguistic theory; functionalism; focus; cleft; sentences.*

Referências bibliográficas

- BRAGA, M. L. A escrita e as marcas da oralidade: o caso das sentenças clivadas. *Relatório apresentado ao CNPq*, 1991. (Mimeogr.).
- GIVÓN, T. *Isomorphism in the grammatical code: cognitive and biological considerations*. Oregon: University of Oregon, 1990.
- HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. *Journal of Linguistics*, v.3, p.199-244, 1966-1967.
- ILARI, R. *Propriedades de sentenças e contextos discursivos*. Campinas, 1975. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Filosofia, Ciências e História, Universidade Estadual de Campinas.
- _____. Dos problemas de imperfeita simetria. *Ensaio de Lingüística (Belo Horizonte)*, v.9, p.94-120, 1983.
- LONGHIN, S. R. *As construções clivadas: uma abordagem diacrônica*. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.